

Noções de natureza e derivações para a saúde: uma incursão na literatura*

I¹ Marli Terezinha Stein Backes, ² Dirce Stein Backes,

³ Betina Hörner Schindwein Meirelles, ⁴ Alacoque Lorenzini Erdmann I

Resumo: Este estudo tem por objetivo abordar as noções de natureza e suas transformações, desde a Antiguidade até os dias atuais, bem como suas derivações para a saúde, por meio de uma revisão de literatura. Apresenta-se a noção de natureza de acordo com as diferentes épocas que marcaram nosso tempo, ou seja, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. A saúde da sociedade tem relação com a natureza. O avanço da ciência vem provocando consequências na natureza, induzindo o ser humano a tomar consciência da diversificação e da multiplicidade dos fenômenos. Implica uma complexidade emergente, com diferentes formas de compreensão do viver humano e sua interação com a natureza nos diferentes momentos desta sociedade. Conclui-se que a natureza, ao longo da história, tem sido concebida sob diversos pontos de vista, associados e perpassados pelo modo de vida da sociedade, das sensações, do pensamento e das ações.

► **Palavras-chave:** ciência; ciências naturais; filosofia; natureza; saúde.

¹ Enfermeira. Doutoranda do Curso de Doutorado em Enfermagem do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração e Gerência do Cuidado em Enfermagem e Saúde (GEPADES). Endereço eletrônico: marli.backes@bol.com.br / marli.backes@hotmail.com.

² Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Docente do Programa de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana – UNIFRA, Santa Maria/RS. Membro do GEPADES. Endereço eletrônico:backesdirce@ig.com.br.

³ Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora do Departamento e Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC. Membro do GEPADES. Endereço eletrônico: betinahsm@ig.com.br.

⁴ Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora Titular do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC. Coordenadora do GEPADES. PQ 1A do CNPq. Coordenadora da Área da Enfermagem na Capes. Endereço eletrônico: alacoque@newsite.com.br.

Recebido em: 08/07/2009.
Aprovado em: 03/11/2009.

* Este artigo de revisão foi apresentado à banca examinadora no exame de qualificação do projeto de tese de doutorado intitulado *O ambiente do cuidado de enfermagem na perspectiva da complexidade*, de Marli T.S. Backes, no Curso de Doutorado em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 29/04/2009.

A origem da “natureza”

O termo *natureza* surgiu na Idade Média, no século XIII, derivado de *natura*, do século XII, com o significado de “fonte, tendo o sentido de “ser natural”, relativo à *natura*, como derivação tardia do verbo *nascor* em latim (*Nascor, nasceris, natus sum, nasci*). Tanto os vocábulos *Natureza* como *Natural* são próximos às ideias de fonte, nascimento e origem, e com estes sentidos difundem-se pela Europa durante o Renascimento” (LUZ, 1988, p. 19), na Idade Moderna.

Dessa maneira, a origem do conceito de natureza provém do latim *natura*, com o sentido de “fazer nascer”, e também está relacionada com outra raiz indogermânica da qual provém a palavra “conhecer”. Fazendo um *link* com as contradições do mundo contemporâneo, poderíamos dizer que o **sentido** de “fazer nascer” se encontra ameaçado pelo **fazer** “nascer”, paradoxalmente, devido às grandes e profundas inovações e transformações provocadas pelo conhecimento científico e tecnológico, o qual acaba por instaurar uma verdadeira crise paradigmática (KESSELRING, 1992). No entanto, como poderia o ser humano imaginar, naquela época, que isso um dia poderia vir a acontecer? Como o homem se insere nessa evolução da natureza?

O moderno paradigma científico dominante entrou em crise. Entende-se por paradigma um consenso sobre um modelo ou padrão que envolve um conjunto de princípios e teorias que são aceitas por toda a comunidade científica, sem discussão, e que provém do desenvolvimento do conhecimento (SANTOS, 2005). E assim, segundo esse autor, hoje nos encontramos em fase de transição

duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados. Sabemo-nos a caminho mas não exactamente onde estamos na jornada (SANTOS, 2005, p. 92).

Ao longo da história do pensamento, a natureza adquiriu vários matizes, dentre os quais: o conjunto de todas as coisas possíveis, incluindo o homem, as plantas, os animais, os astros e as coisas materiais sem vida, cuja unidade se constituía através da interação dos seres uns com os outros; o todo das coisas, enquanto distinto do homem, o que marca o começo de uma nova relação com a natureza, por meio da investigação científica e pelo domínio do homem sobre a natureza pelo trabalho e pela técnica; o princípio interior a todos os entes e que os faz ser e agir, a sua essência enquanto princípio de ação (PIRES, 1989).

O conhecimento e o domínio da natureza constituem tarefa fundamental do homem, através da filosofia, da ciência e, mais recentemente, pela técnica (PIRES, 1989). Os *pré-socráticos* (SOUZA, 1978) pensavam o mundo ou como um todo quase orgânico, derivado de um ou poucos princípios originários (a água, o ar, o fogo, entre outros) ou como uma estrutura conforme a essência do número, ou como uma combinação mecânica de átomos. Os *sofistas*, por sua vez, viam uma oposição entre a natureza e a lei (HADOT, 1999). Já *Aristóteles* (1987), de 384-322 a.C., com sua Física e Metafísica, fixou a atenção da Filosofia sobre a natureza e distinguiu pelo menos cinco sentidos: a geração das coisas que crescem, o princípio interno a partir do qual começa o crescimento, aquilo de que procede o primeiro movimento nas coisas naturais, a matéria e a substância. Esta última é de sentido fundamental e envolve o princípio do movimento, como já era decifrado em Platão. Segundo Pires (1989), a partir do *Cristianismo*, a noção de natureza amplia-se para encontrar ressonância e aplicabilidade em Deus, e o *Renascimento*, diferentemente, abre o caminho para a moderna visão científica do mundo, com Newton e Galileu. *Kant* [1724-1804] (KANT, 1980) distinguiu a natureza como sistema de leis da mente. Para ele, a mente impõe leis à natureza e, desta forma, abre caminho para a especulação do idealismo transcendental sobre a natureza. Para *Hegel* [1770-1831] (HEGEL, 1980), a natureza é a abstração da ideia.

Com base no *Dicionário de Filosofia LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileira*, a definição de natureza é apreendida de forma bastante ampla, complexa e provocativa.

Natureza é o conceito de uma realidade complexa que a ciência desvenda nos seus aspectos observáveis e mensuráveis, enquadrando-os e situando-os no espaço e no tempo; que a Filosofia retoma em dimensões mais profundas para descobrir o sentido e as condições inteligíveis subjacentes ao processo da realidade; que a teologia vê na abertura à graça conhecida pela revelação. A ciência abre-se à Filosofia e esta à teologia sem intromissões indevidas e sem confusões dos métodos próprios de cada disciplina. Definir as leis pelas quais se regem os fenômenos é contribuir para o esclarecimento da Natureza. Determinar os padrões do comportamento ético do homem só é possível sobre a base de uma noção de Natureza humana. A convicção de uma identidade fundamental da Natureza consigo mesma é compatível com o dinamismo inovador que o termo sugere e significa (PIRES, 1989, p. 1.080).

Complementando e reforçando a compreensão de que a terminologia, bem como o significado de “natureza”, vem sofrendo grandes e profundas transformações ao longo da história, ressalta-se que:

A busca do conhecimento e do entendimento acerca da Terra e do Universo são premissas que norteiam e que acompanham a humanidade desde os antigos filósofos gregos até a ciência moderna. A sociedade contemporânea têm vivenciado uma série de problemas que envolvem o seu modo de relacionar-se com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico, colocando em questão o conceito de natureza em vigor, o qual perpassa pelo modo de vida dessa sociedade, as sensações, o pensamento e as ações. Portanto, pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na ânsia de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002, p. 2-3).

Considerando-se esta importante relação entre a sociedade e a natureza, e com base mais especificamente em autores como Kesselring (1992), Galimberti (2003; 2005) e Assmann (2007), apresenta-se a seguir a noção de natureza de acordo com as diferentes épocas que marcaram nosso tempo, ou seja, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e também a Idade Contemporânea.

A noção de natureza de acordo com as diferentes épocas

Os quatro grandes períodos da história universal e da história da filosofia de certa forma coincidem, sendo que a universal iniciou no Oriente, ao passo que a filosofia começou no Ocidente, na Idade Antiga (ASSMANN, 2007). Segundo esse autor, todas as periodizações são questionáveis. No entanto, mantemos neste estudo os grandes períodos, mais aceitos pelos historiadores e descritos a seguir.

Na Idade Antiga: predomínio da ordem cosmológica (do século VI a.C. até o século V d.C.)

Para os gregos, a natureza lembra o cosmos, o universo e tudo o que existe, e apresenta várias características: a primeira era relacionada à *vida orgânica*, que incluía os processos como enfraquecer, murchar e deteriorar-se, pois acreditavam que sem a decomposição nada poderia surgir novamente. A segunda, por sua vez, caracterizada por um *processo circular*, ou cíclico, pela ocorrência da repetição de processos sempre semelhantes, tais como o aparecimento e desaparecimento das estrelas no céu e o nascimento, crescimento, envelhecimento e morte dos seres vivos. A natureza não tem criador, pois ela mesma é o princípio do que surge e desaparece e não há nada fora da natureza. Já a terceira característica da natureza, baseada na filosofia grega, lembra a *essência de cada ser singular* (KESSELRING, 1992). Desse modo, Aristóteles traz à tona a questão da alma, vista como o

princípio da vida, das capacidades e qualidades específicas de cada ser vivo (ARISTÓTELES, 1987). Ao ser humano ainda foi atribuída a alma racional, o que lhe possibilita pensar e planejar as suas ações, além da competência de compreender cientificamente a natureza. Significa dizer que o conhecimento da natureza pertence à natureza humana. Assim, “a ciência, no sentido estrito, lida com os princípios imutáveis da natureza, e graças à sua razão (*nous*), o homem tem acesso direto a estes princípios” (KESSELRING, 1992, p. 22).

Os gregos tinham uma concepção de natureza relacionada à ordem imutável e que “nenhuma ação humana poderia violar [...]. Tendo em si mesma a sua norma, vinculada ao sigilo da necessidade (*anánke*), a natureza era aquele horizonte intransponível, aquele limite insuperável a que a ação humana deveria submeter-se como se fosse a lei suprema” (GALIMBERTI, 2005, p. 3). O fazer técnico e o agir político estavam incluídos na ordem imutável da natureza. Ao ser humano foi permitido desvelar a natureza e contemplá-la, donde nascem os conhecimentos que regulamentam o agir e o fazer humanos. Sendo pensada como “imutável” e, conseqüentemente, “não sujeitável”, justifica o fato pelo qual a natureza também não está envolvida nas responsabilidades éticas do ser humano, visto que o ser humano era influenciado pela ordem cósmica (GALIMBERTI, 2005).

Em relação à natureza da saúde, na antiguidade clássica, Galeno, médico grego, documentou o conhecimento e a especulação médica de sua época. Uma de suas ideias que permanece até hoje é a saúde como equilíbrio entre as partes primárias do corpo. Galeno estabeleceu a teoria das latitudes de saúde, que se divide em saúde, estado neutro e má-saúde, cujas dimensões podem ocorrer isoladamente ou em combinação de uma com as outras. Esse esquema foi utilizado por mais de mil anos na medicina ocidental (NORDENFELT, 2000).

Já em relação às doenças, acreditava-se que as mesmas poderiam ser causadas por elementos naturais ou sobrenaturais. Nesse período, a compreensão das doenças se dava através da filosofia religiosa. Na medicina hindu e chinesa, a doença é resultante do desequilíbrio do organismo humano (causas naturalizadas) e as causas eram relacionadas ao ambiente físico, aos astros, ao clima, aos insetos e aos animais. Dessa maneira, para os gregos, fatores externos ocasionavam as doenças, sendo que por esse motivo, para se alcançar a harmonia perfeita do corpo humano, deveriam ser consideradas as estações do ano, as características do vento e da água. Logo, é nesse período da Antiguidade que se inicia a ideia empírica do contágio (BARATA, 1985).

A Idade Antiga, em suma, é “fisiocêntrica”, por predominar a razão da natureza (ASSMANN, 2007). A natureza era pensada como imutável e não sujeitável à ação humana. Os seres humanos, conseqüentemente, deviam se submeter às regras da natureza, sendo-lhes permitido apenas desvelá-la e contemplá-la, para conhecê-la. O ser humano era influenciado pela ordem cósmica e a saúde era vista como um equilíbrio entre as partes do corpo, enquanto se acreditava que as doenças eram causadas por elementos naturais e sobrenaturais, relacionados aos fatores externos, como o ambiente físico, o clima, os astros e animais. A fim de alcançar a harmonia e o equilíbrio do corpo humano, os elementos da natureza deveriam ser considerados, como as estações do ano e as características do vento e da água.

Na Idade Média: predomínio da ordem teocêntrica e início da antropocêntrica (do século V d.C. até o século XIV ou XV)

Diferente da concepção Antiga da natureza, a visão medieval é “teocêntrica” (ASSMANN, 2007) e novos aspectos da concepção da natureza surgem, principalmente, por meio da tradição bíblica, baseada na tradição cristã, na qual a natureza é apreendida no âmbito da criação. Nessa cosmologia cristã existe um Criador, o qual não faz parte da natureza. Baseado nessa compreensão, Kesselring (1992) comenta

Por razões óbvias, acrescentou-se que quem atribui a cada ser a sua determinação individual, isto é, a sua *physis*, é Deus. Com isso alterou-se a imagem da natureza fora do homem, assim como a imagem da natureza dentro do homem. De um lado, a doutrina aristotélica, segundo a qual a possibilidade do homem aperfeiçoar-se submetendo à razão os seus impulsos e as suas paixões, foi ganhando fundamento cristão. De outro, a natureza inteira foi igualada ao âmbito da criação: nela se manifestam a bondade e a sabedoria divina (KESSELRING, 1992, p.23).

Na Idade Média, com a concepção judaico-cristã, a natureza passou a ser vista como terra que deve ser dominada. A esse respeito, Galimberti (2005) relata que em lugar da ordem cosmológica, imutável e a-histórica, assim como estabelecida pela cultura grega, a cultura judaico-cristã põe uma ordem antropocêntrica, na qual a natureza se transforma em puro material a ser usado fora de qualquer consideração ética. Tudo isso não é apenas um dado de fato que o sucesso técnico-científico leva a legitimar, mas algo que acaba teorizado pelas posições filosóficas, provando que a pré-compreensão de origem judaico-cristã da natureza condiciona antecipadamente também os sistemas filosóficos que presumiam estar imunes a isso (GALIMBERTI, 2005, p.6).

Nesse período, as causas das doenças estão relacionadas ao caráter religioso. No entanto, já no final desse período, com as crescentes epidemias, retoma-se a ideia de contágio entre os homens, sendo as causas a conjugação dos astros, o envenenamento das águas pelos leprosos, judeus ou por bruxarias (BARATA, 1985).

Esse período pode ser caracterizado por uma “nova ordem” que coloca em jogo as regras estabelecidas pela ordem cosmológica. Se por um lado, o homem foi inserido na natureza como um ser ativo, participativo, isto é, um ser que pensava em Deus como criador e, por isso, situava-se dentro da natureza por ter sido criado por Deus, por outro, sua relação com a natureza começa a assumir uma nova dimensão, ou seja, antropocêntrica, que começa a colocar o ser humano no centro da natureza, podendo usá-la e dominá-la.

Na Idade Moderna: predomínio da ordem antropocêntrica (do século XIV/XVI até a metade do século XIX)

Enquanto na Idade Média, Deus era o Criador e preservador da criação e a causa contínua de todos os processos naturais, na Idade Moderna, as leis naturais assumiram cada vez mais este papel. O pensamento cristão-medieval que ainda continuou existindo na primeira fase dos tempos modernos desempenhou papel relativamente importante no surgimento das ciências naturais modernas. A partir do século XVI, as ciências naturais se apoderaram cada vez mais da natureza e suas aplicações técnicas vêm transformando a superfície da Terra, com velocidade crescente (KESSELRING, 1992).

A partir da cosmologia determinista que acaba de se instalar mais especificamente no século XVII, o universo aparece como um aparelho mecânico e o próprio homem também será representado como uma máquina. A respeito disso Kesselring (1992) comenta

o determinismo, no entanto, não é o único elemento que mostra a herança teológica do pensamento moderno. Um outro aspecto desta herança é a relação entre Deus e a natureza. Na Idade Média, pensava-se em Deus enquanto criador, cuja posição está fora da natureza e é anterior a ela. Esta concepção continua valendo na Idade Moderna. Porém, o próprio homem cujo lugar, na Idade Média, situava-se dentro da natureza (como esta, o homem foi criado por Deus), começou a assumir uma posição fora da natureza – uma posição quase divina. Ele abandona a sua “menoridade” e eleva-se, como dono da natureza, a seu dominador. A natureza torna-se objeto da ciência e de manipulação (KESSELRING, 1992, p. 27-28).

Assim passa a predominar, a partir da Idade Moderna, a concepção antropocêntrica que tem suas origens no mundo judaico-cristão, e que “transforma a conservação da natureza em valor ético unicamente porque tal conservação é o primeiro interesse do ser humano e da continuação da sua espécie” (GALIMBERTI, 2005, p. 5).

Referindo-se à Filosofia Moderna em que passa a predominar uma visão naturalista e a vida ativa, Assmann (2007) cita o período conhecido como Renascença, em que a Europa busca conquistar a América. Época em que, para o mesmo autor, ocorre a Reforma Protestante, com Lutero e Calvino; na qual se desenvolve a Ciência Moderna com Leonardo da Vinci, Bacon, Copérnico, Galileu e Kepler; em que é inaugurada a ciência política, com Maquiavel e Bodin; em que se rompe com o domínio ideológico da Igreja Romana, com Galileu e Giordano Bruno e em que ocorre também uma revolução artística, com Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Buonarrotti, Rafael e El Greco. Acrescenta ainda, dizendo:

Os seres humanos se tornam o centro de tudo, e que a natureza deixa de ser irmã do homem, como queria São Francisco de Assis, para se tornar serva dos homens, lembremos as afirmações de Bacon e de Galileu: o ser humano deve se tornar senhor e possuidor da natureza! E por isso “conhecer é poder”, pelo saber se domina o que se conhece, e não se contempla, conforme se pensava antes. Por outro lado, a centralidade do ser humano também se torna visível na pintura: se na Idade Média os pintores representam principalmente figuras sagradas, na Renascença o objeto é o ser humano, homem e mulher. Pense-se na *Monalisa* de Leonardo: ao invés de Nossa Senhora, ou outra santa, uma mulher, no centro da natureza... (ASSMANN, 2007, p. 9).

Dessa maneira, nessa moderna percepção de natureza, aparecem os termos de independência e objetividade em que a existência objetiva e independente da natureza passa a ser condição epistemológica e ontológica, conferida pela racionalidade científica moderna, para que os seres humanos possam conhecer, moldar e agir sobre a natureza através da razão. E, “mais do que a tematização do homem desligado do domínio dos deuses, trata-se da afirmação do homem proprietário da natureza (LUZ, 1988, p. 18). A mesma autora explica que o “antropocentrismo renascentista é prático, conquistador, colonizador”. Assinala uma cisão não apenas entre “ordem divina” e “ordem humana”. Separam-se Deus, homem e natureza. O homem é o herdeiro do espólio do “reino natural”, legado da Idade Média, e deve entrar na posse desse reino” (LUZ, 1988, p. 18).

Nos séculos XVI e XVII, a filosofia esteve ligada ao aparecimento da ciência, voltada para as transformações profundas da concepção de natureza

(CHÂTELET, 1994) e até o século XVII é inseparável das ciências, mas vai perdendo sua importância em detrimento dos implacáveis avanços da ciência (KESSELRING, 1992). Dessa forma, a revolução científica do século XVII instala a autonomia da ciência, que busca seu próprio método separado da reflexão filosófica (OLIVEIRA, 2008).

A partir desse momento, crescem significativamente a proliferação do conhecimento científico e as possibilidades tecnológicas. As ontologias (realidades) antiga e medieval desaparecem. O progresso, trazido pela nova cosmologia, fica cada vez mais aparente, para ser posto em dúvida e a religião vai perdendo seu espaço nas ciências naturais (KESSELRING, 1992).

Com o surgimento da ciência moderna, ocorre, portanto, o rompimento com a filosofia grega (FERRY, 2007). Surge o racionalismo clássico moderno, no qual se destaca René Descartes (1596-1650), que, contrapondo as ideias anteriores sobre a natureza, passa a duvidar de tudo aquilo que se sabia até então e a buscar alguma verdade da qual não se deveria duvidar, tendo a razão humana como princípio da ciência (DESCARTES, 2000). Desse modo, o controle total sobre o mundo passa para o domínio da espécie humana, que tenta explicar tudo racionalmente através da ciência e desvendar o mistério que na Idade Média era considerado inerente à natureza, que deixa de ser misteriosa e sagrada, perde seus encantos e é reduzida a um conjunto de objetos materiais, à disposição dos seres humanos, cuja única restrição é a necessidade de preservação do futuro a qualquer custo (FERRY, 2007), tendo como princípio ético que só é bom aquilo que for bom para o homem (ASSMANN, 2007). Assim, a “ciência passou a ser algo divino que deveria ser buscado, pois era através da ciência e do domínio da natureza que o homem resgataria a harmonia da natureza, realizando desse modo a vontade de Deus” (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002, p.3).

Com a visão iluminista, no século XVIII, acreditava-se que pela razão se garantiria o progresso (ASSMANN, 2007). Segundo esse autor,

se acreditava que pela organização racional do trabalho o ser humano se tornará cada vez mais senhor da situação, senhor de si... pela razão, o ser humano construirá a melhor organização política, alcançará o saber mais certo e criará a técnica cada vez mais perfeita para resolver todos os problemas; pela razão, o ser humano se libertará cada vez mais do domínio da religião, da superstição e do medo; e pela razão os seres humanos construirão também relações econômicas cada vez mais sólidas (ASSMANN, 2007, p. 11).

Ao questionar os pressupostos da razão humana como a única garantia do progresso, Kant, já na Idade Média, dizia que os seres humanos conhecem a

realidade não na sua essência, mas da forma como aparece diante de quem a quer conhecer, obrigando a natureza ou qualquer objeto a responder ao questionamento que o ser humano faz. Assim, como o ser humano muda, mudam também as perguntas e as verdades em relação ao mesmo objeto, o que torna o saber humano uma construção humana, que depende do que é conhecido e de quem o conhece. A partir das suas profundas abstrações, Kant assim define a modernidade: é ser responsável e correr o risco de pensar, mesmo sem nunca alcançar a total autonomia, mas é estar sempre em busca da mesma. Assim como, ser livre é não ser totalmente livre, mas é estar aberto para mudar a si mesmo, de forma responsável (ASMANN, 2007).

Para Kant, são poucos os que conseguem superar a menoridade e fazer uso de sua própria razão, do uso público da razão que deve ser livre, ao passo que o uso privado da razão pode ser, muitas vezes, limitado, mas nem por isso deixar de ser responsável e fazer uso do próprio entendimento, expondo publicamente suas ideias contra a inconveniência e a injustiça (KANT, 1783). Com base no pensamento kantiano, é preciso considerar que somos todos responsáveis por nossos próprios atos, mesmo que estejamos subordinados às leis do sistema social. E viver envolve riscos. Em situações em que a verdade muitas vezes parece óbvia, muitas pessoas, para não se exporem, preferem ficar caladas, talvez por conveniências pessoais. Mas como protagonizar uma “nova natureza” e fazer frente às contradições sem sair do anonimato e das ideias puramente racionais?

A partir dos séculos XVIII e XIX, ocorreram mudanças profundas e com consequências irreparáveis nas ciências como um todo. Houve um deslocamento do papel de Deus na vida cotidiana e a *ordem* passou a ser o seu substituto (MORIN, 2005). No século XIX, ocorreram três fatores que contribuíram para estas transformações e que merecem aqui ser destacados, quais sejam: a aceitação geral da teoria da evolução, o descobrimento do acaso na teoria das ciências naturais e o segundo teorema da termodinâmica (KESSELRING, 1992). Mas, já desde a metade do século XIX, na história da ciência moderna, se insere a ideia de *desordem*, por meio de um saber que parecia tê-la liquidado – ou seja, por meio do surgimento do segundo princípio da termodinâmica, que é um princípio de desordem, por ser irreversível e de degradação de energia, e que se fortalece no século XX (MORIN, 2005).

Com o desenvolvimento exacerbado da ciência e da técnica no século XIX, a natureza, vista como um objeto a ser dominado e possuído, foi subdividida, conforme segue, em

física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da “realidade objetiva” construída pelo homem. A divisão social e técnica do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002, p. 5).

Como consequência, a partir do Renascimento ocorre também a dessacralização da vida e da natureza como um todo, a qual atinge a vida humana nos séculos XVII e XVIII, por meio da dissecação de cadáveres, em que o corpo humano se torna entregue à ordem da racionalidade médica (LUZ, 1988). Nesse sentido, no Renascimento, os estudos empíricos originam a formação das ciências básicas e com isto surge a necessidade de descobrir a origem das matérias que causavam os contágios. Assim, surge a teoria miasmática (BARATA, 1985).

Do fim do século XVIII ao início do século XX, a medicina social criou as condições de salubridade adequadas à nova sociedade e abriu espaço para que a prática médica individual viesse gradativamente a ocupar o lugar central nas práticas de saúde (MENDES-GONÇALVES, 1994). No século XIX, aparece a bacteriologia e, com ela, a definição de que para cada doença há um agente etiológico que poderia ser combatido com produtos químicos ou vacinas (BARATA, 1985).

O empirismo influenciou e ainda influencia a medicina. No século XIX, no entanto, se fortalece a biologia científica, sem influência externa da filosofia. Assim, aflorando a patologia celular, a fisiologia, a bacteriologia e o desenvolvimento de pesquisas, a medicina passa, dessa forma, de ciência empírica para ciência experimental (NORDENFELT, 2000). Segundo o autor, a medicina moderna fundamenta sua atuação voltada ao corpo, à doença, na busca por um estado biológico normal, exigindo, desta forma, alta tecnologia e custos elevados.

O processo saúde-doença na cultura ocidental apresenta, sob esse olhar, diferentes realidades. O conhecimento sobre o corpo é fragmentado e dividido em especialidades, com perspectivas teóricas redutoras que compõem o

conhecimento biológico, psíquico e social. Nesse sentido, o conceito moderno de doença “constitui-se por meio da análise da estrutura material do corpo, estudada pela anatomopatologia” (CZERESNIA, 2007, p. 20), no qual prevalece o modelo biomédico, cujo foco central é a doença.

Enquanto espécie gerada pela evolução, o homem é um produto da natureza. No entanto, na Idade Moderna, já no final do século XIX, a concepção de natureza já não tem mais muitos aspectos em comum com a concepção de natureza da Idade Antiga e Medieval. O fato de o ser humano estar “abrigado e seguro” no centro do universo, advindo das cosmologias grega e judaico-cristã, foi ultrapassado pelas descobertas da astrofísica (KESSELRING, 1992).

A partir do exposto, é possível constatar que o próprio ser humano, cujo lugar na Idade Média se situava dentro da natureza, na Idade Moderna se eleva como dono da natureza e seu dominador. Isto é, o homem passa a assumir uma posição quase divina. A natureza torna-se objeto de manipulação e subjugada ao desenvolvimento. Em outras palavras, a natureza se transforma num objeto a ser usado e descartado pelo próprio homem, e os “humanos” se configuram como “novos deuses”, capazes de editar as regras do próprio jogo. E, nesse contexto, a saúde e a doença passam a ser tratados de forma reducionista, individual e em seus aspectos biomédicos e objetivos.

Na Idade Contemporânea: predomínio das contradições e incertezas (da metade do século XIX até hoje)

No século XX, a física passou por várias revoluções conceituais que revelaram as limitações da visão de mundo mecanicista e levaram a uma reflexão mais complexa e ecológica. O universo deixa de ser visto como uma máquina, composta de uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se como um todo integrado e indivisível – isto é, integrado numa rede de relações dinâmicas que incluem o observador humano e sua consciência de um modo essencial. Desse modo, a física, na contemporaneidade, pode mostrar às outras ciências que o pensamento científico não tem que ser necessariamente reducionista e mecanicista, mas que o pensamento complexo e ecológico também é cientificamente válido (MORIN; KERN, 2003; MORIN, 2005; CAPRA, 1982; 2005).

Reforça-se o conceito de desordem com a ideia de que as concepções newtonianas são incapazes de compreender os fenômenos sociais e aqui se insere também o

“ambiente” a partir de um enfoque multidimensional. É nessa perspectiva que se inscreve o pensamento complexo de Edgar Morin (2001; 2005) que, por sua vez, se originou da teoria dos sistemas. Este novo pensar tem como pano de fundo articular os diferentes saberes com o intuito de apreender as variáveis múltiplas das relações, causalidades e interdependências entre os processos naturais e sociais.

Atualmente, a “cidade dos homens, que outrora era espaço circunscrito dentro do mundo natural, hoje tomou o lugar da natureza, reduzida a um espaço circunscrito no mundo artificial da cidade” (GALIMBERTI, 2005, p. 4). Esse autor ainda acrescenta:

a natureza pode viver unicamente graças à assistência da técnica, a mesma que um dia comprometeu a natureza como paisagem habitual e, com o comprometimento da paisagem, modificou a existência do ser humano e a sua reposição orgânica com a natureza. Uma e outra coisa, que para os gregos eram um dado originário e indiscutível, de que decorria toda a ideia reguladora seja para o fazer técnico, seja para o agir humano, hoje tornaram-se o primeiro problema ético, enquanto pressuposto fundamental para qualquer outro problema que a ética viesse a pôr-se (GALIMBERTI, 2005, p. 4).

Para os ocidentais, a relação homem-natureza apresenta duas concepções de mundo. Na Idade Antiga, a natureza vista como morada dos homens e dos deuses e como terra a ser habitada e, na Idade Média, como terra que deve ser dominada. Esta última foi retomada pela ciência moderna, a qual a concebeu como campo de domínio do homem. Tanto a concepção grega quanto a hebraica, embora com diferentes noções, excluam a natureza da participação da esfera pertinente à ética, por terem levado em conta apenas a regulamentação das relações entre os seres humanos, sem considerar os entes da natureza. Hoje, sob os efeitos do conhecimento tecnológico, a natureza mostra-se vulnerável, motivo pelo qual as éticas tradicionais se tornam mudas, por não terem instrumentos para lidar com a natureza no que compete à responsabilidade humana (GALIMBERTI, 2003; 2005).

Nessa perspectiva, os campos da técnica e da natureza começaram a se confundir. Nosso “estilo de vida dominado pela técnica tem consequências primárias e secundárias não reversíveis, o que nos força a contar com elas como se fossem eventos naturais” (KESSELRING, 1992, p. 34). E assim, a técnica, nas mãos do homem como instrumento para dominar a natureza, se “transforma no ambiente do homem, aquilo que o envolve e o constitui segundo as regras da racionalidade que, agindo de acordo com os critérios da funcionalidade

e da eficiência, não hesita em subordinar às exigências do aparato técnico as próprias exigências do homem” (GALIMBERTI, 2003, p. 1). Segundo a teoria da evolução, o crescimento populacional

transformou-se, no caso da espécie *Homo sapiens*, num indício de adaptação. Com isso, confirma-se, mais uma vez, a tese de que o homem está hoje localizado fora da natureza, ao menos quanto à própria autoconsciência. [...] está vivendo como se não fizesse parte dela, mesmo que as fronteiras entre natureza e técnica estejam abaladas (KESSELRING, 1992, p. 35).

A partir dessa afirmação, surge o seguinte questionamento: quais as consequências de se estar situado fora da natureza?

O conhecimento tecnológico já ultrapassou o antropocentrismo do qual nasceu e se desenvolveu e o próprio ser humano, além de ter se tornado material da técnica, também se tornou impotente eticamente e obrigado a seguir os resultados impostos pela tecnologia (GALIMBERTI, 2005). Em relação à aplicação da ciência e da técnica, “as razões do êxito da sobrevivência não são as megatoneladas, mas a flexibilidade e a diversidade; não é a concorrência, compreendida como luta sangrenta, mas uma mistura criativa entre cooperação e concorrência” (KESSELRING, 1992, p. 39). Este mesmo autor também fala que

a visão da totalidade e a extrapolação do futuro poderiam, a longo prazo, mostrar-se como condições necessárias à sobrevivência. Dever-se-ia renunciar a estratégias cujas consequências são contrárias à conservação de uma biosfera diferenciada, mesmo que isso custasse um certo preço econômico, pois a sobrevivência não é apenas uma questão de força, mas de diversificação e de multiplicidade, o que nos ensina a biologia evolutiva (KESSELRING, 1992, p. 39).

Sob esse olhar, é preciso crescentemente refletir sobre as consequências desastrosas que o avanço da ciência, a qualquer custo, vem provocando na natureza, induzindo o ser humano a tomar consciência da diversificação e da multiplicidade dos fenômenos.

Ainda no século XX, os fatores causadores das doenças envolvem a multicausalidade relacionada ao agente etiológico, ao hospedeiro e ao meio ambiente. Entretanto, as causas agiam separadamente. Nesse século, o ser humano é convocado a considerar também os fatores psíquicos, emocionais e espirituais como causadores de doenças. O homem então começa a ser visto como ser bio-psico-social (BARATA, 1985).

Na contemporaneidade surge a complexidade, tanto nas relações e interações sociais, como também na discussão científica. Dessa maneira, a atenção à

saúde hoje requer uma mudança na concepção de mundo e na forma de utilizar o conhecimento em relação às práticas de saúde, voltando seu enfoque especialmente para a promoção da saúde, a qual envolve escolhas relacionadas a valores e processos que não se expressam por conceitos precisos e mensuráveis. Nesse sentido, termos novos vêm sendo desenvolvidos atualmente, tais como *empowerment* e *vulnerabilidade*, permitindo abordagens transdisciplinares, envolvendo outras áreas do conhecimento e muitos significados que se originam da consideração da diferença, da subjetividade, singularidade e complexidade do que acontece na esfera individual e coletiva (CZERESNIA, 1999).

Entretanto, na abordagem contemporânea sobre o adoecer, ainda há o predomínio da dimensão biológica em detrimento das dimensões psíquicas e sociais, provocando uma redução na configuração do campo da saúde (CZERESNIA, 2007). Embora haja o reconhecimento de que os aspectos psíquicos e sociais, o meio ambiente e o estilo de vida contribuam para um viver saudável, ainda se conhece pouco sobre a relação entre esses fatores ou eventos e a doença propriamente dita (SUSSER; SUSSER, 1996). O conhecimento epidemiológico apresenta caráter nuclear na consolidação das práticas de Saúde Pública. No entanto, sua elaboração conceitual está baseada na lógica mecanicista e linear relacionada ao discurso preventivo e, por este motivo, apresenta limitações. Por isso, o grande desafio atual na saúde é buscar integrar a epidemiologia e a promoção da saúde (CZERESNIA, 1999).

A doença possui caráter histórico e social, sendo que a natureza social se verifica no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos, havendo diferenças nos perfis patológicos ao longo dos tempos, resultantes das transformações da sociedade e também dentro de uma mesma sociedade, as classes que a compõem mostrarão condições de saúde diversas, de acordo com o momento histórico (LAURELL, 1983).

Algumas considerações sobre a evolução da noção de natureza

No decorrer da história, certas sociedades desenvolvem processos produtivos, econômicos, sócio-políticos e culturais que interagem com os ciclos da natureza, que podem degradar o suporte à vida de distintas regiões e grupos populacionais, nos quais os seres humanos podem adoecer ou morrer (PORTO, 2007).

É preciso admitir que muitas mudanças catastróficas ocorreram e vêm ocorrendo na natureza. No entanto, “a crise ecológica atual, pela primeira vez, não é uma mudança natural; é uma transformação da natureza induzida pelas concepções metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo” (LEFF, 2003, p. 19). E com isso, na nossa época, se tornam cada vez mais evidentes, a destruição do meio ambiente (que vem ocorrendo com a extinção de plantas e animais, queimadas e desmatamentos), o esgotamento dos recursos naturais, a desertificação, a chuva ácida, a poluição do ar, das águas, o efeito estufa, a redução da camada de ozônio, a ameaça nuclear, o aquecimento global, entre outros.

Esse fenômeno de destruição e/ou autodestruição está fortemente associado ao desenvolvimento tecnológico e às ciências naturais. E assim, aos poucos estamos despertando e nos deparamos com a triste realidade de que a natureza está sendo destruída há décadas. Dessa maneira, precisamos hoje submeter o sistema econômico aos objetivos da conservação da biosfera e “descobrir outras concepções de natureza que inspirem a busca de alternativas compatíveis com a contemporaneidade” (KESSELRING, 1992, p. 19).

A crise ambiental da nossa sociedade, evidenciada pela tecnologia e pelo crescimento econômico, nos instiga a pensar e a questionar o modelo de desenvolvimento contemporâneo que é ambientalmente predatório e socialmente injusto, com a modernização da agricultura, a urbanização e a exploração desenfreada de recursos naturais (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002). De modo geral, encontramos-nos diante de uma encruzilhada em que, ao mesmo tempo, a inquietação e a necessidade de avançar pela técnica se chocam com as consequências desastrosas provocadas por estes mesmos avanços (FERRY, 2007). Mas mesmo assim, segundo o autor, nada nos impede de mantermos o otimismo perante as situações da vida e acreditarmos no potencial humano.

Repensar a ciência na modernidade significa inscrevê-la na cultura contemporânea, da sociedade de massa, do consumo, da separação entre Deus com respeito à obra da criação e interpretar a teoria e a prática científica em nome do universalismo e da impessoalidade e a conseqüente perda do sentido e dos usos de nossas vidas e, sobretudo, o que significa viver. A racionalidade moderna, na qual predomina a racionalidade científica, traz à tona, por um lado, um mundo sem valores e, por outro, a insistência na ética e bioética, pelo fato de nosso tempo desconhecer, inclusive, a capacidade de diferir entre o bem e o mal.

Na ciência moderna, a racionalidade controla a natureza transformada em um conjunto de objetos manipuláveis “pela vontade de saber que é vontade de poder” (MATOS, 2006, p. 343). Para essa autora, a ciência e a técnica se tornaram as principais forças produtivas, sendo que todas as deliberações políticas se fazem passar por decisões técnicas, e ninguém mais pode racionalmente ter certeza de que essas evoluções desordenadas que não são mais ligadas por nenhum projeto comum possam nos conduzir para o melhor.

Nesse sentido, a discussão sobre os riscos ocupacionais e ambientais torna-se mais relevante, sendo não somente assunto dos especialistas da área, mas de interesse das populações que têm suas vidas comprometidas. Porto (2007) afirma que os riscos ambientais e ocupacionais envolvem dimensões éticas, políticas e culturais que têm a ver com a vida das pessoas e as relações de poder na sociedade. As tendências ambientais atuais apresentam perspectivas alarmantes. Entretanto, por outro lado, há evidências significativas de pessoas e instituições que por toda parte já deram início rumo a uma transição que leva em conta a sustentabilidade ecológica. Essa transição não será fácil, e mudanças graduais também não serão suficientes. Algumas grandes revoluções também serão necessárias. “A tarefa parece sobre-humana, mas, na verdade, não é impossível” (CAPRA, 2005, p. 272).

O movimento ecológico é um dos movimentos populares que atua, atualmente, em prol da mudança social, na defesa das transformações profundas de valores, redefinindo as relações entre os seres humanos e a natureza. Este movimento estimula a alfabetização ecológica e o pensamento sistêmico que se estrutura através das relações, contextos, padrões e processos. Essa mudança profunda do pensamento e dos valores está relacionada com a passagem “dos sistemas lineares de extração de recursos e acumulação de produtos e resíduos para os fluxos cíclicos de matéria e energia; da fixação nos objetos e nos recursos naturais para a fixação nos serviços e nos recursos humanos” (CAPRA, 2005, p. 271).

Nessa mesma direção, o envolvimento sustentável e a reciclagem dos resíduos sólidos se tornaram medidas indispensáveis que devem ser adotadas em toda parte e no mundo inteiro, pois, segundo Capra (2005):

à medida que os resíduos se transformam em recursos, geram-se novas fontes de renda, criam-se novos produtos e aumenta-se a produtividade. Com efeito, ao passo que a extração de recursos e a acumulação de resíduos fatalmente chegarão, mais cedo ou mais tarde, aos seus limites ecológicos, a evolução da vida demonstrou por mais de três bilhões de anos que, nesta casa sustentável que é o planeta Terra, não existem limites para o desenvolvimento, a diversificação, a inovação e a criatividade (CAPRA, 2005, p. 271).

Nos últimos séculos, mais especificamente, entre o século XVI ao XVIII, os recursos naturais eram considerados a principal riqueza de uma nação, ao passo que hoje, no século XXI, o conhecimento se tornou a principal fonte de riqueza, levando-nos a viver na sociedade da informação e do conhecimento através da educação do povo em geral, e também através da produção de ideias de excelência e de tecnologias de ponta (LEIS; ASSMANN, 2007).

A partir desses enunciados, advêm os seguintes questionamentos: até que ponto esse aumento da informação e do conhecimento tem aplicabilidade na vida real/concreta e realmente contribuem para um viver melhor e mais saudável, e para a sobrevivência do nosso planeta tão ameaçado hoje? Será que desaprendemos a conduzir o nosso próprio destino? Ou, talvez, estejamos sendo tão dominados pela razão, pela técnica e pela busca do conhecimento e da competição, de forma tão mecânica e desarticulada, que nem mesmo conseguimos mais refletir sobre o que realmente é essencial à vida?

De acordo com Morin (2001), a grande proliferação de conhecimentos parece escapar ao controle humano e o conhecimento só é válido à medida que estiver organizado e relacionado com as informações e inserido no seu contexto. Sob esse enfoque, precisamos levar em conta que a vida não se refere apenas à vida humana, mas à vida de todos os seres que integram o universo e com os quais vivemos e convivemos de forma inter-relacionada e/ou interativa, mesmo que muitas vezes não nos damos conta dessa realidade. Eis um dos motivos pelos quais reflexões profundas e urgentes se tornam necessárias na atualidade. A filosofia pode e deve provocar novas maneiras de pensar, considerando que “o filósofo deve tentar compreender os efeitos daquilo que se produz hoje e fazer a mesma pergunta: será que isso vale a pena?” (CHÂTELET, 1994, p. 152).

Como seres humanos racionais, temos o compromisso ético e a responsabilidade pela forma como conduzimos a vida pessoal, familiar, profissional e universal, mas também a vida do planeta. No entanto, as atitudes humanas, as quais julgamos, na maioria das vezes, superiores a todas as coisas, conduzem a história para destruições, mortes, incertezas e contradições, antes jamais vistas. A lacuna entre os seres racionais e os seres irracionais deixou um vazio que alcança os aspectos mais elementares da vida cotidiana – ou seja, deixou um vazio que nem mesmo a ciência poderá recuperar com toda a sua tecnologia de inovação e revolução.

Nesse sentido, parece que, ao mesmo tempo em que fazemos parte da natureza, também nos consideramos fora dela, pois somos seres simultaneamente cósmicos, físicos, biológicos, culturais, cerebrais, espirituais. “Somos filhos do cosmo, mas, até em consequência de nossa humanidade, nossa cultura, nosso espírito, nossa consciência, tornamo-nos estranhos a esse cosmo do qual continuamos secretamente íntimos” (MORIN, 2001, p. 38).

A história em curso está, em suma, marcada por severas contradições, dúvidas e incertezas. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que o conhecimento tecnológico disponível multiplicou as capacidades de dominar a natureza, o ser humano está criando desequilíbrios ecológicos de grande magnitude, colocando em perigo aspectos básicos do ecossistema e sua própria sobrevivência. Os acelerados progressos nas ciências da saúde permitem uma extensão considerável na expectativa de vida, na mesma medida em que contribuem para os grandes desequilíbrios. Sendo assim, é possível afirmar que as contradições e disparidades alcançam os aspectos mais elementares e vitais da sobrevivência humana e do cosmos.

Os conceitos de saúde e doença variam com a época, o local e também com a classe social, e envolvem fatores de ordem cultural, política, social e econômica. Além disso, também estão relacionados com os valores individuais, com as concepções religiosas, científicas e filosóficas (SCLIAR, 2007). Assim, trazem uma complexidade emergente, que implica diferentes formas de compreensão do viver humano e sua interação com a natureza nestes diferentes momentos.

Considerações finais

A natureza, ao longo da história, tem sido concebida sob diversos pontos de vista. Na Antiguidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, e o ser humano era considerado parte integrante da natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens se associava ao ritmo da natureza e esta era considerada um meio de subsistência do homem.

Na Idade Moderna, consolidou-se o antropocentrismo, tornando o homem sujeito e centro do universo, que transforma a natureza em objeto e conjunto de meios de produção, através do modo de produção capitalista, com a utilização irracional dos recursos naturais, provocando a destruição da natureza e a consequente degradação ambiental.

Na atualidade, com a perda da identidade orgânica do homem com a natureza e da perda do sentimento de pertença em relação a ela, em que o homem se considera senhor da natureza, tanto para dominá-la como para explorá-la, questiona-se a separação homem-natureza tão presente na sociedade ocidental, uma vez que a questão ambiental requer uma relação homem-natureza, isto é, uma relação circular, dinâmica e interativa, na qual existe uma relação de reciprocidade, de harmonia, e não de domínio, em que ambos fazem parte do mesmo processo, considerando o meio ambiente e suas relações com todos os seres do universo.

O processo saúde-doença também é acompanhado por mudanças ao longo dos tempos. Na Antiguidade, a saúde apresentava uma relação íntima com a natureza e os elementos da natureza eram considerados quando se tratava de alcançar o equilíbrio e a harmonia do corpo. Já as doenças eram relacionadas aos fatores externos e causadas por elementos naturais e sobrenaturais. No entanto, na Idade Média, as causas das doenças eram associadas ao caráter religioso.

A partir da Idade Moderna, a atenção à saúde volta-se ao corpo físico, visto de forma individualizada e fragmentada e com o predomínio do modelo biomédico, centrado na doença. Por outro lado, a contemporaneidade busca integrar a complexidade para compreender a realidade e o ser humano passa a ser visto como um ser bio-psico-social. As atuais práticas de saúde procuram incorporar um conceito positivo de saúde, com o trabalho voltado para a promoção da saúde e a potencialização da capacidade individual e coletiva das pessoas para conduzirem suas vidas frente aos múltiplos condicionantes envolvidos com a saúde.

Enfim, a crise ambiental em curso nos convoca a superar os enfoques reducionistas e a respeitar e captar a complexidade da realidade que se apresenta de forma contraditória e incerta. A complexidade que leva em conta as contradições e incertezas advindas da própria ciência e da técnica, em busca de um saber integrado e dialógico, considera as interações e associações entre os processos da natureza.

Nessa perspectiva, é preciso adentrar, crescentemente, novos olhares e/ou novas abordagens capazes de considerar os seres humanos e os demais seres que integram a natureza. Ou seja, abordagens que destinam um papel maior às complexidades, às contradições e incertezas e buscam soluções a partir da integração das mesmas, às perspectivas de análise da realidade.

Referências

- ARISTÓTELES. *Vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 197p.
- ASSMANN, S.J. *O que é filosofia?* A filosofia e as outras formas de conhecimento. Mimeo. 2007. p.1-18.
- BARATA, R.C.B. *A historicidade do conceito de causa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1985 (Textos de apoio – Epidemiologia n. 1).
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p.
- _____. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. 5. ed. São Paulo: Cultrix; 2005. 296p.
- CHÂTELET, F. A ciência da natureza. In: _____. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 159p.
- CZERESNIA, D. Interfaces do corpo: integração da alteridade no conceito de doença. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, v. 10, n. 1. p. 19-29, 2007.
- _____. The concept of health and the difference between prevention and promotion. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, n. 4. p. 701-709, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 03 ago. 2008.
- DESCARTES. Meditações metafísicas; Discurso do método (Excertos). In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 73-86.
- FERRY, L. Depois da desconstrução. A filosofia contemporânea. In: _____. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 233-297.
- GALIMBERTI, U. *Psiche e techne*. L'uomo nell'età della técnica. Roma, Feltrinelli, 1999, p. 33-48. Disponível em: <http://www.lastoria.org/xxsecolot.htm>. Acesso em: 17 jun. 2003.
- _____. *Técnica e natureza: a inversão de uma relação*. Florianópolis, p. 3-13, jan/jun, 2005. Disponível em: <http://www.socitec.pro.br/e-prints_vol.1_n.1_tecnica_e_natureza.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2008.
- GONÇALVES, R.B.M. *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas de processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- HADOT, P. *O que é a filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.
- HEGEL, G.W.F. *A fenomenologia do espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 392p.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 415p.
- _____. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento*. 1783. Trad. portuguesa. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Column/8413/kant.html>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

- KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, Ano III, n. 5, p. 19-39, jul/dez, 1992.
- LAURELL, A.C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo D. (Org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983. p. 133-158.
- LEFF, E. *A complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. 342p.
- LEIS, H.R; ASSMANN, S.J. *De como salvar a universidade pública dela mesma – Parte I e II*. Disponível em: <<http://www.floripatotal.com/>>. Acesso em: 2007.
- LUZ, M.T. A construção da racionalidade científica moderna. In: _____. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 151p.
- MATOS, O.C.F. Ciência: da natureza desencantada ao reencantamento do mundo. In: RUSSO, M.; CAPONI, S. (Org.). *Estudos de filosofia e história das ciências biomédicas*. São Paulo: Discurso Editorial 2006. p. 333-335.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 128p.
- _____. *Ciência com consciência*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.
- MORIN, E.; KERN, A.B. *Terra - Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2003. 181p.
- NORDENFELT, L. *Conversando sobre saúde: um diálogo filosófico*. Florianópolis: Bernúncia, 2000.
- OLIVEIRA, C.G.M. *O conceito de natureza na ciência*. 2008. Disponível em: <<http://www.filosofiavirtual.pro.br/natur>> Acesso em: 17 jul. 2008.
- PIRES, C. *LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Editorial Verbo, 1989.
- PORTO, M.F.S. *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 248p.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 92p.
- SCLIAR, M. História do conceito de saúde. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.
- SOAREZ-DEOLIVEIRA, A. M. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VI, n. 119(18), p. 2-10, agosto, 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn_119-18.htm>. Acesso em: 16 jul. 2008.
- SOUZA, J.C. (Org.). *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 365p.
- SUSSER, M.; SUSSER, E. Choosing a future for epidemiology: from black box to chinese boxes and eco-epidemiology. *American Journal of Public Health*, v. 86, n. 5, p. 674-677, 1996.

Abstract

Notions of nature and derivations for health: an incursion in literature

This study aims to approach the notions of nature and its transformations, from Antiquity up to the current days, as well as its derivations for health through a literature review. The notion of health is presented according to the different time periods that have marked our time or, in other words, the Period of Antiquity, Middle Ages, Modernity and Contemporary Age. Health in society is related to nature. The advance of science has been provoking consequences in nature, forcing mankind to become aware of the diversification and of the multiplicity of phenomena. It implies an emergent complexity, with different forms of comprehension of human life and its interaction with nature in the different moments of this society. The conclusion is that nature, along the course of History, has been conceived under several viewpoints, associated and crossed by the way of life in society, sensations, thoughts and actions.

► **Key words:** nature; philosophy; science; natural sciences; health.